



COMITÊ TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO SERIDÓ: A FORMAÇÃO DE DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM EVIDÊNCIA

Deíse Lopes Bezerra¹

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de inquietações e vivências da autora acerca da implantação e implementação da educação integral nas escolas públicas da região do Seridó. Em particular, a experiência foca-se no município de Jucurutu-RN, onde, após mais de dez anos de lutas, diálogos e resistências, ainda se verifica um vasto campo de atuação. Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre como o Comitê tem colaborado com a formação desses gestores, sujeitos que demandam atualização contínua para atuarem com excelência frente às políticas públicas educacionais em seus municípios.

Este trabalho objetivou analisar a trajetória do Comitê na formação dos dirigentes municipais de educação na região do Seridó Potiguar por meio de uma narrativa histórica de suas atividades. Além disso, buscou-se explicitar as contribuições fomentadas pelo Comitê para esses profissionais no âmbito da educação integral.

A metodologia pautou-se na narrativa autobiográfica, por ser o recurso que melhor comunica e processa o autoconhecimento adquirido mediante a participação no referido grupo. As categorias analíticas deste relato de experiência compreenderam a concepção de educação integral (Teixeira, 1959), a legislação (Brasil, 2001) e a narrativa autobiográfica, partindo da reflexão pessoal e da análise de vida da própria autora (Bosse, 1990).

Como resultados, destacaram-se a resiliência do Comitê Territorial de Educação Integral, bem como a relevância quantitativa e qualitativa de suas ações para a formação dos dirigentes. Salienta-se, por fim, que a construção da

¹ Especialista. Escola Estadual Newman Queiroz, Jucurutu, RN. deiselopez_2006@hotmail.com



educação de qualidade almejada depende do empenho dos próprios atores envolvidos, que devem persistir mesmo diante das adversidades.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Desde os primórdios das reflexões sobre o ensino, a ideia de uma educação integral encontra-se enraizada na sociedade. Esse processo ocorreu esporadicamente e a passos lentos ao longo dos séculos, iniciando-se de forma experimental por meio de projetos isolados. Entre essas iniciativas, cita-se o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola-Parque, idealizado por Anísio Teixeira no estado da Bahia. Segundo Teixeira (1959, p. 78), o governo precisa investir em:

[...] programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização – esta civilização tão difícil por ser uma civilização técnica e industrial e ainda mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive (Teixeira, 1959, p. 78).

Ao refletir sobre as ideias de Teixeira (1959), nota-se que as políticas educacionais precisam ser pensadas de forma integral. Elas devem atender às necessidades dos indivíduos e da sociedade, de modo a prepará-los para o exercício da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho. Essa formação integral necessita estar intrínseca à práxis escolar, com propósitos e intencionalidades que ultrapassem o ambiente da escola. Desse modo, a instituição torna-se capaz de ensinar e educar em parceria com a família e a sociedade, o que reduz as desigualdades sociais e melhora a qualidade de vida.

Na busca por informações sobre a criação do Comitê Territorial de Educação Integral no Rio Grande do Norte, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), constatou-se que a sua fundação ocorreu no ano de 2013. Sob a coordenação da professora Rute Alves de Sousa (do Departamento de Educação



da UFRN), a iniciativa teve como embasamento a pesquisa de pós-doutorado intitulada “Comitê Territorial de Educação Integral: desafios e possibilidades”. O objetivo desse estudo foi identificar a atuação dos Comitês Territoriais de Educação Integral da Bahia, do Triângulo Mineiro e do Rio Grande do Norte, a fim de conhecer as suas possibilidades, as estruturas, o funcionamento e a organização (Sigaa/UFRN).

No estado do Rio Grande do Norte, o Comitê Territorial de Educação Integral foi constituído por membros de diversos segmentos, educadores e atores sociais que estavam envolvidos em ações voltadas para a educação integral desenvolvidas no território potiguar. Essas ações foram fomentadas pelo Ministério da Educação, por meio do Programa Mais Educação e das atividades ligadas ao Programa Relação Escola-Comunidade. Posteriormente, o Comitê expandiu-se para o interior do estado sob a coordenação da professora universitária Nazineide Brito.

A partir das vivências da autora no ano de 2013, relata-se que os dirigentes municipais foram convidados pelo Comitê Territorial de Educação Integral para um encontro, o qual ocorreu no auditório da Prefeitura Municipal de Caicó-RN. Na ocasião, abordaram-se os caminhos do Programa Mais Educação e a importância do investimento em uma educação integral de qualidade para contribuir com a formação humana dos indivíduos. Para tanto, evidenciou-se que os prefeitos e os dirigentes precisaram conhecer a política e comprometer-se para que o Programa atingisse os objetivos esperados.

Entre idas e vindas, somam-se mais de dez anos de dedicação em tratar a educação integral como formadora dos estudantes em suas diferentes dimensões. Não se tratou de uma tarefa simples, pois consistiu em um grande movimento vivo nos ambientes escolares: ampliar o tempo, organizar equipes e oferecer formação aos professores e aos colaboradores. Além disso, demandou entender que os locais de convivência extraescolares também poderiam ser ambientes de aprendizagem, nos quais a árvore na praça seria um lugar propício à leitura, e a quadra da comunidade tornar-se-ia um espaço para jogos e



recreação.

Por meio de reuniões presenciais e on-line, eventos, cursos de extensão, seminários, encontros regionais e estaduais, bem como audiências públicas, foi possível compreender o verdadeiro teor da educação integral. Essa concepção vai muito além da simples educação em tempo integral, pois engloba a ampliação de um tempo de qualidade para a permanência do estudante tanto nos espaços escolares quanto nos extraescolares.

Vivenciar as atividades do Programa Mais Educação na Escola Estadual Janúncio Afonso (Distrito de Barra de Santana, em Jucurutu-RN) foi a porta de acesso para compreender que é possível fazer a educação integral dar certo nas escolas públicas. Atualmente, a atuação da autora como pedagoga na Escola Estadual Newman Queiroz (Jucurutu-RN) confirma a importância dessa modalidade na vida dos estudantes, os quais passam a ter a oportunidade de acessar um conhecimento sistematizado e amplo.

O retorno, no ano de 2022, como membro do Comitê Territorial de Educação Integral – Polo Caicó-RN, despertou-me inquietações importantes de que ainda há muito a melhorar. Contudo, mesmo a passos curtos, estamos conseguindo mudar o cenário da educação pública. Essa transformação não ocorre apenas no tocante à infraestrutura, mas também na reformulação dos projetos pedagógicos e curriculares das escolas, bem como na formação dos dirigentes municipais e dos professores. Esse processo desperta nos profissionais o senso de que precisamos nos reinventar para alcançar o sucesso, desapegando-nos dos modelos enraizados em nossas vivências que nos mantêm resistentes em desbravar o novo.

Para tanto, o Comitê Territorial de Educação Integral não mede esforços a fim de que essa formação dos dirigentes municipais aconteça. A entidade criou ambientes virtuais por meio das redes sociais para disponibilizar informações e firmou parceria com a UFRN para a oferta de eventos e de cursos de extensão. Além disso, conta com profissionais preparados para instigar os gestores municipais a buscarem aperfeiçoamento na temática em nível de pós-graduação. Isso se concretiza pela oferta de linhas de pesquisa que abrangem a educação



integral como oportunidade de estudo, tais como a linha de Educação, Política e Práxis Educativas e a de Educação, Currículo e Práticas Pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES

Abordar a educação integral em nossos territórios já se configurou como uma tarefa difícil. Contudo, com a atuação ativa do Comitê Territorial de Educação Integral, essa missão tornou-se mais viável, ganhando espaço e fomentando ambientes de diálogo. Esse movimento faz com que a educação integral conquiste um público maior de profissionais que enxergam os estudantes como indivíduos em plena formação, considerando os diferentes aspectos de sua vida pessoal, social e profissional.

Analisar a trajetória do Comitê e compreender as suas lutas, perspectivas e persistência, mesmo diante dos impasses, leva-nos à constatação de que a educação sempre será um campo constante de estudos e de pesquisas. Por conseguinte, ela precisa ser idealizada com o propósito de alcançar a tão almejada qualidade, equidade, gratuidade e excelência.

Por fim, conclui-se que é possível promover uma educação capaz de fazer a diferença na vida dos estudantes. Para tanto, os atores envolvidos precisam empenhar-se em compreender que essa trajetória é longa e requer estudos, análises e a constante práxis de ação-reflexão-ação. Exige-se, ainda, desmistificar conceitos e paradigmas arraigados no cenário da educação pública brasileira e construir um horizonte de possibilidades marcado por sujeitos que buscam a transformação. Sendo assim, o caminho reside no envolvimento com atividades que fortaleçam a educação integral no chão das escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.



TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, jan./mar. 1959. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/cecr.htm>. Acesso em: 11 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa). **Comitê Territorial de Educação Integral**: desafios e possibilidades. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/91820013>. Acesso em: 14 nov. 2025.